



17 *O revisionismo histórico como ação política brasileira de
2019 a 2022*

(El revisionismo histórico como acción política brasileña de 2019 a 2022)
(Historical revisionism as a Brazilian political action from 2019 to 2022)

Elder Bruno Fernandes Pereira¹ Dr. Marcello Moreira²

1. Doutorando do programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduado em Psicologia pela Faculdade de Guanambi (UniFg). Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3610644515651412>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9515-3805>.

2. Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. Líder do Grupo de Pesquisa Memória, História e Esquecimento na Literatura e no Campo Historiográfico. Lattes <http://lattes.cnpq.br/4062269068371059>, ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6827-2772>.



Resumo – O presente estudo discute alguns caminhos quanto à formação da memória coletiva, destacando as ideias de representação e senso comum. O objetivo pretendido é realizar um exercício de reflexão quanto às possíveis consequências e reverberações de uma política de revisionismo histórico. Para tanto, é preciso observar cautelosamente os caminhos que fomentam e consolidam uma memória coletivamente construída. Uma ação política de cunho revisionista necessita de um contexto que lhe seja favorável. A esse respeito, alguns questionamentos podem direcionar na compreensão da dinâmica relacional entre sujeito, grupos sociais e memória coletiva. Um dos pontos chave é o porquê da necessidade de um dado grupo propor uma nova versão de um fenômeno histórico e quais as dinâmicas inerentes a esse movimento. Nesse jogo de tensões, de interesses e de disputas por uma legitimidade de uma forma de pensar e agir, tornam-se possíveis graças a uma conjuntura de elementos temporais e sócio-históricos. Por fim, o estudo chega à conclusão de que as memórias sociais atravessadas por disputas e a proposta civilizatória pretendida pelo desejo político-ideológico dominante é a de naturalizar conceitos revisionistas para que estes atendam aos seus interesses.

Palavras Chave: Política revisionista; representações; memória coletiva.

Resumen – El presente estudio discute algunos caminos relacionados con la formación de la memoria colectiva, destacando las ideas de representación y sentido común. El objetivo perseguido es realizar un ejercicio de reflexión sobre las posibles consecuencias y repercusiones de una política de revisionismo histórico. Para ello es necesario observar atentamente los caminos que fomentan y consolidan una memoria construida colectivamente. Una acción política de carácter revisionista necesita un contexto que le sea favorable. En este sentido, algunas preguntas pueden orientar la comprensión de las dinámicas relacionales entre el sujeto, los grupos sociales y la memoria colectiva. Uno de los puntos clave es por qué existe la necesidad de que un determinado grupo proponga una nueva versión de un fenómeno histórico y cuáles son las dinámicas inherentes a este movimiento. En este juego de tensiones, intereses y disputas por la legitimidad de una forma de pensar y actuar, se vuelven posibles gracias a una coyuntura de elementos temporales y sociohistóricos. Finalmente, el estudio llega a la conclusión de que las memorias sociales están permeadas por disputas y la propuesta civilizadora que pretende el deseo político-ideológico dominante es naturalizar conceptos revisionistas para que satisfagan sus intereses.

Palabras clave: Política revisionista; representaciones; memoria colectiva.



Abstract – *The present study discusses some paths regarding the formation of collective memory, highlighting the ideas of representation and common sense. The intended objective is to carry out a reflection exercise regarding the possible consequences and reverberations of a policy of historical revisionism. To do so, it is necessary to carefully observe the paths that foster and consolidate a collectively constructed memory. A political action of a revisionist nature needs a context that is favorable to it. In this regard, some questions can guide the understanding of the relational dynamics between the subject, social groups and collective memory. One of the key points is why there is a need for a given group to propose a new version of a historical phenomenon and what are the dynamics inherent to this movement. In this game of tensions, interests and disputes for the legitimacy of a way of thinking and acting, they become possible thanks to a conjuncture of temporal and socio-historical elements. Finally, the study reaches the conclusion that social memories are permeated by disputes and the civilizing proposal intended by the dominant political-ideological desire is to naturalize revisionist concepts so that they meet their interests.*

Keywords: *Revisionist politics, representations, collective memory.*



Introdução

Toda produção reflexiva que almeje robustez deve transitar pela complexidade inerente ao objeto a ser estudado. Para evitar simplificações e análises superficiais, é preciso realizar um exercício de acesso a diferentes epistemes referentes à temática a ser problematizada. Uma das formas de edificar reflexões significativas certamente passa pela integração de conceitos interdisciplinares.

A problematização interdisciplinar incorre no desafio de identificar e estabelecer pontes e articulações entre as diferentes perspectivas teóricas. Embora haja convergências conceituais, cada forma de pensamento possui singularidades em suas formulações, e abordar a questão da memória de forma interdisciplinar não foge a essa realidade.

As singularidades que permeiam o estudo da memória abrangem desde a análise das questões biológicas e psicológicas até os diversos elementos envolvidos na construção social das narrativas. Embora a proposta seja dialogar com diferentes pensadores, o presente estudo não pretende se aprofundar epistemologicamente, pois não se trata de uma discussão sistematizada.

O conceito de memória é abordado por diferentes campos do conhecimento, o que nos possibilita estudá-lo em suas mais variadas nuances. O foco

aqui reside nas formas pelas quais a memória pode ser ressignificada e reestruturada por meio de ações políticas revisionistas. Para isso, é crucial refletir sobre como determinados grupos sociais buscam reformular e subverter fatos históricos, de modo que a nova narrativa sirva para justificar pensamentos e comportamentos que lhes são caros.

A memória individual e o senso comum

Pensar sobre a formação da memória em uma conjuntura sócio-histórica significa mergulhar em uma discussão complexa, considerando as diversas dinâmicas envolvidas na questão. As múltiplas interpretações de um mesmo evento adquirem contornos singulares conforme os diferentes pontos de vista e perspectivas. No entanto, as narrativas distorcidas por influências diversas podem resultar em interpretações que não refletem fielmente o fenômeno original. Quando a verdade é percebida como uma questão de opinião, surge um conflito em relação à sua credibilidade.

As diversas verdades difundidas pelo senso comum, influenciadas pela perspectiva, posição social e interesses envolvidos, têm o potencial de gerar interpretações conflitantes sobre o significado do evento. Para verificar a veracidade da memória coletivamente



te difundida, é necessário confrontar a narrativa com os registros históricos. No entanto, a autenticidade de uma memória marcada por tensões e disputas não é necessariamente confirmada pela autoridade da comunicação oficial, pois essa também está sujeita a jogos de poder e conflitos. Na verdade, é no campo político que as tensões e conflitos de interesses se desenrolam.

A disseminação de uma narrativa, seja ela consistente ou não com os fatos históricos, dependerá de como ela ressoa na estrutura do senso comum de uma determinada sociedade. Em termos mais amplos, a proposta civilizatória buscada pelo desejo político-ideológico dominante é a de legitimar diferentes conceitos para que estes sirvam aos seus interesses.

A memória, segundo Ricoeur (2012), não se relaciona apenas com um indivíduo, mas com os sujeitos inseridos em uma sociedade. Existe uma estreita ligação entre a construção da memória individual e a memória coletiva, pois estão interconectadas de certa forma. A relação entre o corpo individual e o ambiente externo, e conseqüentemente com outros corpos, exerce uma forte influência na formação da subjetividade.

Pensar sobre a questão da subjetividade do pen-

samento em um ponto intermediário entre a memória social e individual é também considerar as formas de definição do pensar e agir. Refletir sobre a subjetividade significa considerar, entre outros fatores, a ideia do movimento interno e interacional do ser com o meio. Trata-se de um fluxo temporal não espacializado, envolvendo a tomada de escolhas e decisões. É por meio da subjetividade, na qual se entrelaçam afetividade e memória-lembrança (Deleuze, 1999, p.17), que “o homem examina o passado no presente”.

Para discorrer sobre o movimento interno e interacional do ser humano com o meio, é necessário refletir também sobre o significado do termo “imagem” e sobre o funcionamento da percepção. De acordo com Bergson (1999), toda matéria é um conjunto de imagens no sentido de fenômenos que estão em constante movimento. Criticando as concepções do idealismo e do realismo, Bergson descreve a imagem como algo intermediário entre a coisa e a representação, pois é mais do que uma representação e menos do que uma coisa. A percepção das imagens ocorre na confluência de dois momentos: a percepção apreendida organicamente pelos órgãos dos sentidos e a percepção interna, impregnada de lembranças. Esse movimento interno da percepção é seletivo, pois exclui tudo o que não atende aos interesses práticos.



Eis as imagens exteriores, meu corpo, e finalmente as modificações causadas por meu corpo às imagens que o cercam. Percebo bem de que maneira as imagens exteriores influem sobre a imagem que chamo meu corpo: elas lhe transmitem movimento. E vejo também de que maneira este corpo influi sobre as imagens exteriores: ele lhes restitui movimento. Meu corpo é portanto, no conjunto do mundo material, uma imagem que atua como as outras imagens, recebendo e devolvendo movimento, com a única diferença, talvez, de que meu corpo parece escolher, em uma certa medida, a maneira de devolver o que recebe (Bergson, 1999, p.14).

A relação da interação subjetiva do indivíduo com as representações socialmente construídas promove um movimento bilateral de transformações. O sujeito é ativo nessa relação com o mundo, influenciando ao mesmo tempo em que é influenciado. É nessa intrincada rede relacional que as representações são consolidadas e passam a integrar o repertório do senso comum.

Os ditames do senso comum delineiam quais normas de pensamento e comportamento são consideradas adequadas em cada situação. Nele se ar-

ticulam conceitos que teorizam as práticas sociais, orientando condutas ao assimilar, reinterpretar e reelaborar conceitos. Por ser polimórfico, o senso comum assume várias formas, dependendo do grupo. Nesse processo de apropriação da realidade a partir da perspectiva de uma determinada coletividade, o indivíduo atribui sentido às coisas do mundo, modificando e categorizando-as para que se encaixem no modelo representacional do grupo.

A construção do senso comum e de suas representações não segue uma forma linear. Segundo Moscovici (2003), a construção da memória do senso comum segue os caminhos da objetificação e ancoragem. Ao deparar-se com uma nova informação, a pessoa tende a incorporá-la, tornando-a familiar. Trata-se essencialmente de um movimento para tornar concreto o que antes era abstrato. Um caminho para tal elaboração e assimilação do novo passa pelo filtro do sistema de pensamento coletivo. Um novo conceito é incorporado de modo a validar o conjunto de pensamentos já existentes. A nova memória influencia e é influenciada nesse processo dinâmico de interação.

A objetivação é o movimento de tornar o abstrato em algo concreto, atribuindo-lhe um significado a partir do universo simbólico que a pessoa possui.



Esse é um processo de construção seletiva no qual o sujeito, diante do conjunto de novas informações, focaliza e seleciona somente aquilo que valida seu universo simbólico. Essa percepção seletiva é filtrada pela base referencial ligada ao histórico de vida, contexto histórico, religioso, social, educacional, entre outros (Bergson, 1999). O sujeito reorganiza o conjunto de informações e as esquematiza no núcleo figurativo, criando uma imagem que faça sentido para ele. É por meio desse movimento relacional que o sujeito constrói, reelabora e dá um novo sentido às informações, que passam a ser vistas como naturais do objeto. A ancoragem é o movimento de inserir, de enraizar a nova informação no sistema de pensamento. Essa instrumentalização do saber tem como base a produção de sentido advindo da comparação entre as ideias já existentes e o novo conhecimento. O novo vai se enraizando, sendo modificado e modificando o sistema de pensamento anterior.

Segundo Moscovici, as Representações Sociais são modalidades de conhecimento particular que circulam no dia-a-dia e que têm como função a comunicação entre indivíduos, criando informações e nos familiarizando com o estranho de acordo com categorias de nossa cultura, por meio da ancoragem e da objetivação. Ancoragem é o

processo de assimilação de novas informações a um conteúdo cognitivo-emocional pré-existente, e objetivação é a transformação de um conceito abstrato em algo tangível (Sawaia, 2004, p. 76).

Quando uma nova informação encontra uma representação social equivalente, ou seja, não é totalmente estranha ao conjunto simbólico presente na prática cultural, as pessoas tendem a adaptar essa nova informação selecionando e justapondo o novo no molde do já conhecido. Esse movimento de selecionar e usar alguns elementos de uma nova informação para ajustá-la ao universo simbólico existente pode gerar uma interpretação que difere da informação original. Os conceitos podem ser reapropriados e ressignificados de tal maneira que a releitura pode se distanciar do sentido original. Quando um conhecimento é assimilado pelo senso comum, seus conceitos podem não ser mais utilizados no mesmo sentido atribuído pelo fato histórico ou científico. A naturalização do objeto ocorre e é expressa pelo discurso do senso comum, o que confere uma credibilidade narrativa (Moscovici, 2003). Claro que a ideia de sentido original também deve ser problematizada.



O revisionismo como uma ação política

O Brasil viveu um momento em que nossa república enfrentou sérios desafios, especialmente no cenário político-ideológico. É possível que, ao analisarmos as ações do grupo político dominante que assumiu o poder no ano de 2019, com a localização representacional da construção de sentidos centrada na propagação de suas ideias, possamos compreender criticamente o que o Brasil viveu.

No tecido das percepções derivadas de memórias compartilhadas, encontramos as memórias coletivas historicamente construídas. Afinal, é “por ocasião dessas experiências vividas que foi introduzida a noção de lugar de memória, anterior às expressões e fixações que posteriormente deram fortuna a essa expressão” (Ricoeur, 2007, p. 157). Partindo desse entendimento, o exercício de reflexão sobre uma política revisionista está intimamente ligado à constante necessidade de problematizar as construções históricas representacionais e sua influência no pensamento coletivo do senso comum. Para tanto, é crucial contextualizar o que é preconizado e propagado pelo discurso político oficial, sempre tendo em mente que o senso comum é plural e atende às demandas do grupo social que representa.

(...) tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1990, p. 426).

É crucial destacar que uma política que determina o que deve ser lembrado e o que deve ser silenciado age no sentido de institucionalizar representações relacionais que impactam diretamente na construção simbólica das identidades socioculturais e nas relações de poder. Esta é uma questão que merece uma ampla discussão, pois trata-se de uma construção sócio-histórica, caracterizada por representações que hierarquizam as memórias.

(...) a memória histórica, ao longo de nosso século, foi sempre o instrumento de poder dos vencedores, para destruir a memória dos vencidos e para impedir que uma percepção alternativa da história fosse capaz de questionar a legitimidade de sua dominação (Decca, 1992, p. 133).

O indivíduo, por sua essência, é um ser social. Sua estruturação cognitiva, construções subjetivas e



3. Matéria veiculada no portal G1, intitulada “Justiça de SP mantém sentença que aponta Ustra como torturador”. Publicado em 14/08/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/08/justica-de-sp-mantem-sentenca-que-aponta-ustra-como-torturador.html>>. Acesso em: 04/06/2021.

4. Matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, intitulada “Para Ustra exército não deve ser responsabilizado”. Publicado em 13/04/2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1304200811.htm>>. Acesso em: 04/06/2021

objetivas, bem como suas reflexões, não são inatas, mas sim construídas a partir da dialética entre a internalização particular do social (Bourdieu, 1992). Portanto, compreender como o simbólico é constituído a partir de sua concepção histórica contribui para a compreensão da estruturação moral e comportamental dos sujeitos.

Para Bourdieu (1989, p. 9), “os sistemas simbólicos, como instrumento de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados, sendo um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem”. Os símbolos são os instrumentos fundamentais da integração social, pois servem como fontes de conhecimento e comunicação. Eles possibilitam o consenso sobre o sentido do mundo social, a integração lógica e a condição da integração moral (Bourdieu, 1989).

Seguindo essa lógica, o senso comum, como lugar da construção simbólica no imaginário populacional, cria uma suposta legitimidade para o que é institucionalmente propagado, embora seja importante reconhecer que sempre há uma disputa para alcançar essa legitimidade. Por sua vez, a informação divulgada por mecanismos oficiais pode divergir objetivamente de um determinado fenômeno,

pois representa a interpretação desse fenômeno e não necessariamente sua compreensão em sua totalidade.

No contexto brasileiro, convivemos com aparentes antagonismos. Gaspari (2002) demonstra como a tortura de presos políticos tornou-se política de Estado durante os anos de chumbo, período mais violento da ditadura militar brasileira. Perseguição a opositores, censura, cassação de direitos políticos e tortura como política de Estado contrastam fortemente com os princípios democráticos do Brasil atual. No entanto, como aponta Castro (2014), ainda existem muitas ruas e logradouros nomeados em homenagem aos presidentes militares que atuaram durante o regime militar.

Outra questão aparentemente contraditória é o julgamento do coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra. Ustra, ex-comandante do DOI-CODI/SP³, é considerado responsável por pelo menos 50 mortes de presos torturados sob seu comando. Em sua defesa, ele alegou que “essa lei [da anistia de 1979] que concedeu anistia pressupôs esquecimento recíproco, de modo a apagar todos os fatos que ocorreram em determinado período e que tipificaram delitos políticos ou conexos”⁴. Essa breve problematização sobre a lei de anistia remete à fala de Ricoeur (2000, p. 588):



5. Matéria veiculada pelo jornal Rede Brasil Atual, intitulada “Bolsonaro homenageia torturador em seu voto pelo impeachment”. Publicado em 18/04/2016. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/bolsonaro-homenageia-torturador-em-seu-voto-pelo-impeachment-2649/>>. Acesso em: 04/06/2021.

6. Matéria veiculada pelo jornal Carta Capital, intitulada “Bolsonaro volta a elogiar torturador Ustra: herói nacional”. Publicado em 08/08/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-elogiar-torturador-ustra-heroi-nacional/>. Acesso em: 04/06/2021.

7. Matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, intitulada “Morte de coronel Ustra confirma sua convicção de que nunca seria punido”. Publicado em: 16/10/2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1694254-morre-coronel-ustra-ex-chefe-do-doi-codi-durante-a-ditadura.shtml> . Acesso em: 04/06/2021.

(...) a anistia coloca fim aos processos em curso e suspende todas as penalidades. Trata-se de um esquecimento jurídico limitado, mas de vasto efeito à medida que, ao se parar um processo equivale apagar a memória em sua expressão atestatória e logo dizer que nada se passou.

Ainda sobre essa questão, o até então deputado federal Jair Bolsonaro, em uma de suas declarações no ano de 2016, disse ter orgulho “da crueldade e do pavor” que o coronel Ustra, também conhecido como Dr. Tibiriçá, causava aos militantes por ele torturados⁵. Já na condição de presidente da república refere-se ao coronel Ustra como um herói nacional ⁶. Ustra foi o primeiro dos agentes da repressão política da ditadura militar a ser declarado judicialmente como torturador, em 2008. Porém, o militar manteve a convicção de que nunca seria punido pelos eventuais crimes cometidos no período da ditadura. Ele faleceu no ano de 2015 sem ser efetivamente condenado pelos crimes de tortura⁷. Somando-se a todas essas questões, o governo do presidente Bolsonaro ganhou na justiça o direito de comemorar o golpe militar de 1964⁸.

A memória e os caminhos de sua ressignificação

Refletir sobre as reverberações dos discursos ligados ao poder dominante na memória coletiva requer uma análise detalhada. As convicções do senso comum são dinâmicas e intrinsecamente ligadas ao contexto histórico. Somente podemos entender a partir da linguagem, que é fundamentalmente social. A interpretação do passado é moldada pelo presente, profundamente influenciado pelo meio social. Assim, o passado é constantemente revisado, nem sempre na direção de uma interpretação guiada pela ideia de responsabilidade, e as memórias são reconstruídas a partir desse filtro dinâmico resultante dos movimentos dialéticos no presente (Halbwachs, 2004).

Se a base da construção do pensamento humano está em sua relação com o social, o que é disseminado pelos mecanismos institucionais de comunicação possui um peso significativo em um eventual processo de incorporação de novas formas de interpretação do passado. No entanto, para que uma nova versão da memória seja incorporada ao sistema representacional dos sujeitos, é necessário mais do que apenas a propagação de uma narrativa. O surgimento e a internalização de uma representação social exigem um referencial de pensamento já existente nos sujeitos (Oliveira, 2004). Não se trata apenas de mudanças,



8. Matéria veiculada pelo jornal O Globo, intitulada “Justiça acolhe recurso do governo federal por direito de comemorar o golpe militar de 1964”. Publicado em: 17/03/2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-acolhe-recurso-do-governo-federal-por-direito-de-comemorar-golpe-militar-de-1964-24929633>. Acesso em: 04/06/2021.

pois sempre existe a possibilidade de coexistência de uma pluralidade de narrativas, evitando a ideia de meras substituições.

A articulação e organização das operações mentais envolvidas nos saberes tidos como senso comum são coletivas, uma vez que o conhecimento é construído por meio da compreensão alcançada em conjunto. Para tanto, uma determinada temática deve ser capaz de mobilizar o imaginário cotidiano, promovendo interações sociais que influenciam as opiniões de diversos sujeitos. Nesse processo, as conclusões derivadas do entendimento coletivo de um determinado fenômeno, ancoradas em uma construção histórico-social, passam a representá-lo imageticamente, atribuindo-lhe um sentido dentro de sua dinâmica. Os conhecimentos são mobilizados no mundo do senso comum, que por sua vez, tem suas raízes profundas no que foi historicamente construído. Esse universo comum da comunicação informal mobiliza crenças e opiniões consolidadas ao construir um novo imaginário. Conforme Moscovici (1978, p. 35):

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem, nós orga-

nizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura.

Quando um fenômeno é atribuído um sentido, a representação torna-se um referencial orientador de como as pessoas devem agir diante dele. As representações mobilizam respostas situando o sujeito em relação a determinado objeto, conferindo-lhe sentido para a ação e identidade posicional. Moscovici (2003, p. 53-54) destaca que “as representações formadas na sociedade têm uma influência direta em seu comportamento, atitudes e modos de agir, pois constituem estruturas individuais de conhecimento que informam e orientam os membros de um grupo social em um determinado tempo e espaço”.

Segundo Halbwachs (2004), a memória não possui autonomia individual nem metafísica, mas depende da conjuntura relacional dos elementos constitutivos da organização social, que são os marcos sociais. Ele enfatiza que não podemos conceber a memória fora da sociedade, pois ela opera com as condições sociais e materiais com as quais convive, estando intrinsecamente ligada às relações sociais e seus marcos morais, comportamentais, simbólicos etc. Mesmo que seja uma narrativa revisionista, contrária aos fatos históricos, o discurso do poder



dominante, ou de outras fontes, tem a capacidade de influenciar mentes desde que nelas exista um referencial simbólico, marcos sociais, que validem a nova narrativa.

Quando um discurso oficial difere significativamente dos dados históricos, e ainda assim é aceito por alguns grupos, surge o questionamento sobre como esse discurso se sustenta, já que uma confrontação entre ele e os fatos históricos provavelmente o colocaria em descrédito. No entanto, as reflexões até aqui mostram que esse questionamento não é simples, especialmente quando novas representações entram na equação. Um dos caminhos para abordar essa discussão é a ideia da memória hábito.

Segundo Bergson (1999), a memória hábito, originada da repetição e adaptação, faz com que a consciência se eclipse à medida que a atividade se torna automática. Halbwachs (2004) ressalta que a memória hábito não se trata apenas de uma reprodução, pois é passível de ser reformulada a partir das experiências e da consequente aquisição de novos significados. Por sua vez, Bourdieu (1983) conceitua o *habitus* como sistemas de disposições duráveis e transferíveis, que integram todas as experiências passadas, funcionando a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações. Em outras palavras, o *habitus* é

um princípio que gera e organiza práticas e representações adquiridas mediante a interação social, caracterizando a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade, ou ainda, a objetificação do subjetivismo e a subjetivação da objetividade.

(...) *habitus* é um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (...) (Bourdieu, 1983, p. 65).

Para Bourdieu (1983), a noção de *habitus* não pode ser dissociado do conceito de campo. Campos são definidos como “espaços estruturados de posições cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes” (Bourdieu, 1983, p. 89). Em outras palavras, isso significa que as pessoas, ou agentes, estão inseridas em organizações sociais específicas e, devido à natureza relacional do *habitus*, são esperadas certas ações dele. Cada campo, seja familiar, religioso, entre outros, possui um *habitus* característico, e seus agentes agem de acor-



do com as regras específicas desse campo. Portanto, a ação do agente é potencialmente delimitada pelo contexto do campo em que está inserido.

A ideia da internalização das regras e de uma moralidade socialmente construída, que ditam o que é apropriado na esfera comportamental, encontra eco na sociologia durkheimiana. Elias (2001), inspirado nessa perspectiva, demonstra como a relação de interdependência entre o indivíduo e a sociedade promove a internalização de regras para a interação social. Arriscando uma possível aproximação entre metodologias distintas, enquanto Bourdieu (1983) associa o habitus à noção de campo, Elias (2001) o relaciona à ideia de figurações. Elias afirma que “os indivíduos existem nas figurações, ou seja, em um determinado contexto específico. Por outro lado, os indivíduos criam esta figuração, transformando-a a partir do cotidiano” (Elias, 2001, p. 165-197). A ideia de figurações difere do conceito de campo por sua dinâmica: elas podem expandir ou encolher dependendo do número de atores sociais envolvidos na rede interacional. Um grupo familiar ou um grupo de amigos podem ser entendidos como figurações. Elias argumenta que essas unidades de pertencimento são mais maleáveis e dinâmicas em comparação com o pensamento bourdiano.

Essa visão sistêmica, oriunda da relação de interdependência do sujeito com sua construção sócio-histórica, fornece elementos robustos para a problematização da memória coletiva como uma seleção de narrativas. No jogo de disputa de forças, faz sentido que a ideologia do poder dominante busque reformular verdades históricas para legitimar suas ações. A interpretação da experiência passada tem uma forte implicação na construção da memória coletiva, uma vez que as “nossas experiências do presente dependem, em grande medida, do conhecimento que temos do passado e que as nossas imagens do passado servem também para legitimar a ordem social vigente” (Connerton, 1999, p. 4).

Considerações finais

Pensar a relação entre memória no contexto da disputa de poder é ter em mente a possibilidade de que as narrativas são selecionadas e organizadas de modo a darem um sentido almejado por um determinado grupo. Por esses termos, o processo de simbolização, resultante das tensões entre presente e passado, atua para assegurar a legitimidade de uma determinada forma de pensar e agir.

Pensar a dinâmica da formação da memória é voltar o olhar para um jogo de disputas, pois não



existe uma memória única. Essas disputas se dão a partir de toda uma diversidade de questões e acontecimentos entrelaçados a uma dialética temporal e sócio-histórica. As formas de produção de sentido para um dado fenômeno perpassam pelo movimento das associações entre o conhecimento prévio e a nova informação por meio de comparações e associações. Desse processo resulta um saber profundamente influenciado por uma moralidade social que atende às demandas cotidianas de finalidade prática, o que, nem sempre, ajuda a entender fidedignamente um dado fenômeno.

No percurso das disputas de poder pela legitimidade do pensamento, grupos sociais constroem discursos no sentido de orientar as massas sobre como elas devem pensar e agir frente a determinados fenômenos. Esse movimento hierarquiza, seleciona e conjuga os saberes científicos junto a crenças e costumes para construir verdades que corroborem a favor de interesses específicos.

A velocidade de circulação de informações no mundo moderno acirra ainda mais o jogo de tensões para a validação de diferentes narrativas. Este é um debate que não pode ser negligenciado, pois a produção de uma forma de conhecimento que vise unicamente validar o ponto de vista de um grupo social

tende a distorcer e silenciar saberes que vão na contramão de suas ambições.

O discurso revisionista, sem ancoragem histórica, busca ganhar legitimidade por meio do apoio de grupos sociais receptivos às ideias propagadas. Isso porque as narrativas em questão atuam dentro do horizonte das possibilidades simbólicas de valores e crenças já existentes nesses grupos. Nessa tendenciosa e perigosa itinerância, aquilo que até então era visto como uma opinião absurda e impossível de se acreditar, por não ter ancoragem histórica, passa a fazer sentido e a mobilizar muitos. Daí a necessidade sempre presente de colocar em dúvida, de refletir e problematizar as memórias coletivas defendidas por discursos político-ideológicos.



Referências

BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTRO, J. Brasil tem 727 logradouros que homenageiam presidentes militares. **O globo**, 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-727-logradouros-que-homenageiam-presidentes-militares-12032700>. Acesso em: 04/06/2021

CONNERTON, P. **Como as Sociedades Recordam**. Oeiras: Celta, 1999.

DECCA, E. S. Memória e Cidadania. Em Secretaria Municipal de Cultura. **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico, 1992. P. 129-136.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.

ELIAS, N. **A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Anthropos Editorial, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.



MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

OLIVEIRA, M S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Rev. bras. Ci. Soc.**, vol.19, no.55, p.180-186. ISSN 0102-6909, Jun 2004.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2012.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

RICOEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

SAWAIA, B. B. Representação e ideologia – o encontro desfetichizador. In: SPINKY, Mary Jane P. (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. 3ª reimp. da 1ª ed. de 1993. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 73-84.

